



O POLO DE DESENVOLVIMENTO E SEUS REBATIMOS NA SAÚDE AMBIENTAL DA POPULAÇÃO: uma análise na Mata Sul de Pernambuco

Carlos Wendell Pedrosa dos Santos¹

Resumo: A criação dos polos de desenvolvimento ganha visibilidade no atual cenário social. Ressalta-se que o processo de modernização, que vem atingindo as áreas metropolitanas do Estado, e suas áreas rurais, é visto como grande oportunidade de emprego e renda para a população, porém, as refrações dessa modernização, como a destruição do meio ambiente, os problemas de saúde ocasionados pela falta de investimentos na área e as demais expressões da questão social inerentes ao modelo capitalista de produção, também fazem parte dessa realidade que são obscurecidas por discursos ligados a lógica do capital.

Palavras-chave: Capitalismo; Polo de desenvolvimento; Saúde ambiental.

Abstrac: The creation of poles of development gains visibility in the current social scene. It is noteworthy that the process of modernization, which has reached the metropolitan areas of the state and its rural areas, is seen as a great opportunity for employment and income for the population, however, the refractions of this modernization, such as the destruction of the environment, health problems caused by lack of investment in the area and other expressions of social issues inherent in the capitalist model of production, are also part of this reality obscured by discourses that are connected to the logic of capital

Keywords: Capitalism; Polo development; Environmental Health

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). wendell_santo@yahoo.com.br
Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão
CEP: 65 085 - 580, São Luís, Maranhão, Brasil
Fone(98) 3272-8666- 3272-8668



1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento do sistema capitalista de produção, a industrialização trouxe novas formas de interação do processo homem-natureza. O meio ambiente, começa a sofrer os impactos mais devastadores de tal processo. Essa mudança acarreta problemas em todos os níveis, sendo a saúde um dos mais impactados, demonstrando a interdependência das alterações no meio ambiente e as repercussões na saúde humana. Na atualidade os Polos de Desenvolvimento Econômico ganham destaque nas discussões devido às promessas de geração de emprego e renda. Porém, os impactos como deteriorização do meio ambiente, exploração dos trabalhadores e os problemas acarretados na saúde da população, não são explicitados.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Transformação ambiental na lógica capitalista.

De acordo com Oliveira (2007) os principais problemas ambientais presentes na época contemporânea tiveram início com a Revolução Industrial no século XVIII, devido a fatores como o desequilíbrio na relação entre população rural e urbana, poluição industrial, ocupação urbana desordenada, poluição do ar, água e solo, entre outros.

O meio ambiente entendido por Coelho (2001) como suporte geofísico condicionante e condicionado pela vida social, sendo historicamente construído mediante o processo de interação entre sociedade e espaço físico, é transformado desde os períodos mais remotos da história. Mas de acordo com o contexto vivido pelo homem a sua interação com o meio natural se dá de forma diferenciada.



A interação entre o ser humano e a natureza não é isolada. Bernardes e Ferreira (2007) salientam que na perspectiva de Marx o indivíduo é membro de uma dada sociedade, na qual há formas de organização do acesso e uso dos recursos naturais: “A apropriação da natureza pelo indivíduo está sempre inserida numa determinada forma social.” (BERNARDES; FERREIRA, 2007, p.19).

Grossi (2009) demonstra que, Marx apontava para o fato de que a humanidade e a natureza estão inter-relacionadas e a forma historicamente específica das relações de produção constitui o centro dessa inter-relação

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma, não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 1984, p.155).

Conforme Foster (2005), na concepção materialista da natureza e da história, admite-se que a natureza tem uma história e constitui uma precondição da existência humana, sendo assim, a produção da vida material, logo a produção dos meios de subsistência é uma precondição da vida humana.

Para a satisfação dessas necessidades, como comer e beber, os seres humanos agiram numa unicidade orgânica com a natureza, mas à medida que as invenções técnicas evoluem, amplia-se o domínio do ser humano em relação à mesma, que passa a trabalhar de forma a gerar uma natureza socialmente construída. Para Camargo (2005, p.137): “[...] após dimensionar o tempo e a sua relação com o espaço, o homem e sua cultura redinamizam a natureza, impondo-lhe uma velocidade de trocas e de descontinuidade não linear, a partir de seu processo produtivo.”

O modo de vida é alterado a partir da consolidação do modo de produção capitalista, que faz surgir uma nova visão de realidade, onde a natureza passa a ser vista como recurso para atender aos interesses do modo de produção.

Dessa forma, Gehlen compreende que



[...] na lógica da dinâmica capitalista, a natureza tem funções específicas, como gerar e prover os recursos materiais utilizados no processo produtivo e, após o seu uso, absorver os resíduos, que retornam ao ecossistema em forma de contaminadores. O acentuado processo de intervenção sobre o meio natural torna esse meio uma natureza humanizada, passando de um estágio da produção a outro, de um comando do tempo a outro, de uma organização do espaço a outra, onde o homem está cada dia e permanentemente, escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. (2006, p.10-11).

2.2. Mudanças campo – cidade e os Polos de Desenvolvimento

A Revolução Industrial permitiu a expansão imperialista, colonização e conquista completa do mundo, por isso provocou um ponto de inflexão na relação do ser humano com a natureza. (FOLADORI, 2001).

A apropriação e a transformação dos recursos naturais pelo ser humano através do trabalho desencadeia o processo de socialização da natureza tornando-se, o trabalho, o mediador universal na relação do homem com o meio ambiente: “[...] o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza” (MARX, 1967, p.188).

Para Oliveira (2002), o sistema capitalista separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital. Sobre isso, Rigotto (2003) também esclarece que a cultura das sociedades capitalistas ocidentais conseguiu realizar, no plano simbólico, uma cisão tão profunda entre os seres humanos e o ambiente, fazendo-nos perder de vista a complexidade desta relação, ao mesmo tempo em que viabiliza a dominação da natureza e também dos homens e mulheres.

Neste sentido, no capitalismo, a alienação da terra (e da natureza) e o domínio do homem sobre o homem resultam no fato de que tanto a terra quanto o homem passam a ser reduzidos “ao nível de um objeto venal”. (FOSTER; CLARK, 2006, p.227).



O Brasil na década de 1950 começa sua industrialização baseada na lógica desenvolvimentista, mudando assim, estruturas econômicas que não se encaixavam nesse modelo.

Silva (1981) demonstra que a industrialização (urbano) era apresentada como a fórmula milagrosa, capaz de gerar o desenvolvimento, e o setor agrícola (campo) responsável pelo atraso deveria ceder a sua posição dominante na economia. Baseando-se no modelo dualista de Lewis (1970) que supõe a existência de dois setores, um de subsistência e outro capitalista, Graziano explica que

No setor de subsistência haveria uma oferta ilimitada de trabalho com produtividade marginal ínfima, nula ou mesmo negativa, onde os salários gravitariam em torno do nível de subsistência. O setor capitalista, dinâmico, seria a fonte do crescimento da economia como um todo. Ali os salários deveriam estar um pouco acima do nível de subsistência, o suficiente para incentivar transferência de mão-de-obra (SILVA apud LEWIS, 1981, p 20)

Essa lógica enfatizada por Lewis (1970) foi analisada por Marx (1971), sendo o processo que cria o sistema capitalista, pois *“a expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial e, além disso, cria o mercado interno”*.

O desenvolvimento do capitalismo numa formação socioeconômica como a do Brasil, marcada por disparidades, só ampliou a dimensão e a diversidade da questão social.

A modernização do campo implicou na urbanização de áreas que antes eram rurais. Ao analisar as continuidades e descontinuidades da urbanização capitalista e o fato de que se vive um período de mudanças, Santos (1991) propôs a noção de aceleração contemporânea representado por uma sucessão rápida de alterações nas formas de produção do espaço urbano e nas práticas socioespaciais que eles favorecem.

Zuquim (2007), na discussão sobre o processo de urbanização, afirma que os municípios em geral não possuem infraestrutura urbana para acompanhar o ritmo de crescimento urbano-industrial preconizado pelos projetos de intervenção do Estado,



mas no processo, os gestores estatais e privados esqueceram “que ele estava cheio de seres humanos” e de organizações sociais. Neste processo, tem-se um acréscimo de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de ‘natureza primeira’ já é ‘natureza segunda’ no novo centro urbano.

Segundo Andrade (1977) uma região se organiza em torno de um centro, que pode ser chamado de polo, que não só polariza em torno de si, como domina e orienta a vida econômica da sua área de influência. O autor ainda salienta que a região não pode ser considerada como uma área isolada, sendo parte de um todo, formando um quadro territorial onde se aplicam as decisões para viabilizar os programas de ação.

Para Perroux (*apud* Andrade, 1977) o polo é um centro econômico dinâmico de uma região, país ou continente e seu crescimento se faz sentir sobre os territórios do seu entorno. O autor distingue o significado dos termos crescimento e desenvolvimento, salientando que o polo de crescimento não se identifica com o de desenvolvimento. Para ele o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornou apta a fazer crescer, cumulativa e de forma durável seu produto real, global.

2.3 O Polo de Desenvolvimento na Mata Sul de Pernambuco e a saúde ambiental

Em Pernambuco, a Zona da Mata Sul que é composta por 19 municípios, ocupando uma área de 8.738 km², era conhecida como "região canavieira". Isso porque, constituiu-se uma das regiões de maior potencial econômico do Nordeste, pelos recursos naturais disponíveis (água, solo, etc.), pelas vantagens locais (em torno da Região Metropolitana do Recife), com razoável infra-estrutura econômica (próxima a estradas, portos marítimos, aeroportos) e abundante contingente de mão-de-obra (ANCORA).

Segundo Gehlen (2007, 2010) a partir dos meados do século passado, tem início, na área, o processo de urbanização acelerada e desordenada, o que é



reforçado, a partir dos anos 60, com a implantação, às margens da BR-101 Sul, do Distrito Industrial do Cabo, primeiro pólo industrial de Pernambuco, atraindo grande número de vilas industriais para a sede. Ainda para a autora, outro importante fluxo de urbanização se deu a partir dos anos 1970, com a construção do Complexo Industrial Portuario de Suape, e do Projeto Turístico Costa Dourada, formando um Polo de Desenvolvimento Econômico no território da Mata Sul de Pernambuco. Conforme a autora, tal desenvolvimento significou que um relevante número de moradores vinculados às pequenas atividades rurais foram expropriados ou indenizados pelas suas terras vindo fixar-se nos núcleos urbanos das sedes dos municípios ou em suas imediações.

Áreas de mangue, matas e encostas, barragem dos rios são utilizadas na construção de grandes investimentos públicos e privados, que não levam em consideração os danos e riscos socioambientais ali causados. Freitas (2003) entende que os problemas socioambientais são, simultaneamente, problemas de saúde, uma vez que os seres humanos e a sociedade são afetados em várias dimensões.

A relação entre o ambiente e o padrão de saúde de uma população define um campo de conhecimento referido como “saúde ambiental”, seu conceito é adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como processo que

compreende os aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que são determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e fatores psicossociais no ambiente. Também refere-se à teoria e prática de avaliar, corrigir, controlar e prevenir os fatores no ambiente que podem potencialmente afetar negativamente a saúde das gerações presentes e futuras (OMS, 1994).

3. CONCLUSÃO

Portanto, saúde e meio ambiente interagem e incidem de forma decisiva na qualidade de vida das pessoas. Por isso é necessário uma compreensão de saúde que possa ser entendida numa perspectiva socioambiental, considerando que o



sujeito para ser visto como saudável tem que ter acesso a condições socioambientais adequadas. Os investimentos do capital nos Polos de Desenvolvimento sustentam-se em falácias de desenvolvimento regional, porém, implicam sérios problemas ambientais e de saúde. A população da Mata Sul de Pernambuco tem sérios problemas de infraestrutura, exemplo, a falta de saneamento básico, decorrentes da rápida e não planejada modernização dos municípios e tal fato, rebate de forma significativa na saúde ambiental da população.

4. REFERÊNCIAS

ANCORA. **A Zona da Mata de Pernambuco**. Disponível em: www.ancora.org.br. Acessado em: 20 de setembro de 2011.

ANDRADE, M. **Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. Editora Grijaldo, 4ª Ed. 1977.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrabd Brasil, 2001.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx**. Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FREITAS, C. M. de. **Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, vol.8, n.1, 2003.

GEHLEN, Vitória. **Para Além dos Limites do Urbano: áreas Peri-urbanas e questão ambiental**. Trabalho apresentado no 37º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos - CERU, São Paulo, 2010

GROSSI, Monica A. **Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradação marxista**. Libertas, Juiz de Fora, v.3, n.2, p. 33 - 56, jan-jun / 2009.



LEFF, E. **Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformação do conhecimento**, p 109-157. *In*: LEFF, E. Epistemologia ambiental. Cortez editora, São Paulo, 2000.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S.P. (Orgs). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, v. II, cap. 24. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1971

OLIVEIRA, Francicleide P. **Percepção ambiental e gestão do meio ambiente de Toritama (PE) – estudo da percepção de diferentes atores sociais sobre o rio Capibaribe**. Dissertação de Mestrado (Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente). Orientadora: Profª Drª Vitória Gehlen. UFPE, 2007.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteiras agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.